



253
PV

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo na Apelação Cível nº 0237910-2 (N. P. U. 0100884-74.2009.8.17.0001)

Agravante: Everaldo Moura Pereira

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO LEGAL CONTRA ACÓRDÃO. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. O recurso de Agravo não é o meio hábil a reanalisar julgamento feito pelo colegiado, sendo cabível apenas nos casos de decisões monocráticas proferidas pelo relator.
2. Agravo não conhecido por decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo na Apelação Cível nº 237910-2, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, à unanimidade de votos, em não conhecer do Recurso, nos termos do Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

P. R. I.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



254
of

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo na Apelação Cível nº 0237910-2 (N. P. U. 0100884-74.2009.8.17.0001)

Agravante: Everaldo Moura Pereira

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto em face do acórdão que, por unanimidade de votos, deu provimento ao Reexame Necessário, prejudicado o apelo, para, reformando a sentença que julgou procedente o pleito autoral, manter a exclusão do candidato considerado inapto no exame de saúde de concurso de Soldado da PMPE/2006, por ser portador de hipertensão arterial e déficit auditivo.

O candidato agravou desta decisão (fls. 241/245), defendendo a ilegalidade de sua exclusão do certame, principalmente porque não pôde ter acesso aos exames nem saber a real causa de sua inaptidão, e, ainda, porque, segundo entende, um Decreto não deve servir de base legal para sua eliminação do concurso.

É o relatório.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



JS
W

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo na Apelação Cível nº 0237910-2 (N. P. U. 0100884-74.2009.8.17.0001)

Agravante: Everaldo Moura Pereira

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

O agravante ampara sua peça recursal de Agravo Legal no art. 557, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, com o seguinte teor:

Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. (...)

§ 1º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.

Observa-se, pelo texto legal, que este recurso é cabível quando o relator decide a lide monocraticamente, nos termos do caput do art. 557. Entretanto, não é este o caso dos presentes autos.

O recurso ora apresentado questiona julgamento da colenda 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal, cujo acórdão está colacionado às fls. 217/218 dos autos. Depreende-se, portanto, não ser este recurso o meio adequado para tal impugnação.

Sabe-se que “*Mostra-se inadequada a interposição de agravo interno contra acórdão, pois, segundo o § 1º do art. 557 do CPC, tal recurso apenas tem cabimento para atacar decisões singulares do relator, fundadas no caput e no § 1º-A do mesmo dispositivo*”. E mais: “*não configurado requisito extrínseco de admissibilidade, não merece ser conhecido o recurso*” (Agravo Nº 70043498922, Sexta Câmara Cível,



JSB
07

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Corrêa Palmeiro da Fontoura, Julgado em 28/07/2011).

Na mesma linha:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO LEGAL CONTRA ACÓRDÃO. NÃO CONHECIMENTO. O Agravo legal do artigo 557, § 1º, do Código de Processo Civil não se presta para atacar julgamento do colegiado, mas apenas decisão monocrática do Relator. Recurso não conhecido. (TJ-RJ - AI: 657359220118190000 RJ 0065735-92.2011.8.19.0000, Relator: DES. HENRIQUE DE ANDRADE FIGUEIRA, Data de Julgamento: 09/05/2012, DECIMA SETIMA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 14/05/2012).

Com tais considerações, **voto no sentido de não conhecer do presente Recurso de Agravo.**

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator